

EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: panorama da expansão no contexto brasileiro

**Heloneide Alcantara Matos|
Maria das Graças Martins da Silva**

Resumo

O texto aborda a expansão da modalidade a distância (EaD) na educação superior no Brasil, destacando suas principais características, com base nos Censos da Educação Superior de 2001 a 2012 e CensoEaD -2012, da Associação Brasileira da Educação a Distância. Os indicadores apresentados mostram um crescimento contínuo e ascendente da EaD e a predominância de cursos e matrículas no setor privado. A pesquisa ainda mostra que as políticas públicas de expansão para esse nível de ensino no setor público reforçam a Universidade Aberta do Brasil. Diante desse quadro, o texto conclui que se trata de uma política pública consolidada no contexto da educação superior.

Palavras-chave: educação a distância; expansão do ensino superior; Universidade Aberta do Brasil

INTRODUÇÃO

Uma síntese de registros históricos da educação superior no Brasil informa que os primeiros cursos datam de 1572. A partir da chegada da família real portuguesa (1808) ao país foram criados cursos e academias, por meio de estabelecimentos isolados. A Universidade do Rio de Janeiro, na condição de primeira universidade criada pelo governo federal, ocorreu no ano de 1920, por aglutinação de faculdades (CUNHA, 2007). Numa tentativa de estabelecer princípios novos, em conformidade com a inserção do país na modernidade, em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, que procurava ultrapassar os limites da restrita formação profissional e inovou ao integrar cientistas europeus no seu corpo docente. Nas décadas que se seguiram, a educação superior passou por mudanças, diversificou-se e, gradativamente, expandiram-se cursos, instituições, matrículas.

Do ponto de vista da expansão do nível superior, Dourado (2001) propõe recortes temporais, conforme: 1) 1930 a 1964, pautado na sua estruturação; 2) no regime militar, marcado pela crescente privatização; 3) década de 1980, com a marca das políticas de privatização do público.

A par dessas considerações, o presente trabalho tem como objetivo analisar as peculiaridades da expansão da educação superior no Brasil, sobretudo no que se refere à

modalidade da Educação a Distância (EaD), com destaque à realidade que se estabelece pós década de 1980 e detendo-se nos anos que seguem a década de 2000. Fez parte do material utilizado no estudo: documentos, legislação e informações do banco de dados do Ministério da (MEC) e do CensoEaD da Associação Brasileira da Educação a Distância (ABED).

A educação superior no Brasil: quadro da expansão em geral

Nas décadas de 1960 a 1970 a expansão da educação superior no país foi marcada pelo acentuado crescimento de matrículas e pela criação de Instituições de Ensino Superior (IES) (BOAS, 2004).

Contudo, a década de 1990 pode ser considerada determinante no processo de expansão desse nível de ensino. A educação superior desde então se torna alvo de sequentes reformas, sobretudo, empreendidas no período que se seguiu à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96). Pode-se citar como exemplos: Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995 (estabeleceu normas para a escolha de dirigentes das Universidades Federais); Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995 (criou o Conselho Nacional de Educação - CNE, ao mesmo tempo em que instituiu o exame nacional de cursos para os alunos que concluem a graduação); Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997, logo alterado pelo Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997 (regulamentou artigos da LDB, em especial no que se refere à diversificação das IES).

O período posterior à LDB de 1996, conforme Ristoff (2008, p. 41), expressa dez características principais incidentes na educação superior brasileira: expansão, privatização, diversificação, centralização, desequilíbrio regional, ampliação de acesso, desequilíbrio de oferta, ociosidade de vagas, corridas por titulação e lento incremento na taxa de escolaridade superior.

Nesse texto, focaliza-se a expansão, contudo, sem deixar de entender que as demais características ressaltadas pelo autor compõem o quadro geral da educação superior no país, num todo orgânico, articulado por reformas que foram se consolidando nas décadas seguintes.

Uma importante fonte de dados para estudar a educação superior no país vem do Censo do Ensino Superior, realizado pelo Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A partir dessa base de dados se procura fazer um desenho sintético da educação superior.

No que segue, a Tabela 1 apresenta o número de IES por organização acadêmica e

categoria administrativa, considerando o período de 2001 a 2012.

Tabela 1 - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa - Brasil - 2001/2012

Ano	Instituições								
	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		IFs e Cefets	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2001	1.391	71	85	2	64	84	1.059	26	-
2002	1.637	78	84	3	74	83	1.284	31	-
2003	1.859	79	84	3	78	86	1.490	39	-
2004	2.013	83	86	3	104	104	1.599	34	-
2005	2.165	90	86	3	111	105	1.737	33	-
2006	2.270	92	86	4	115	119	1.821	33	-
2007	2.281	96	87	4	116	116	1.829	33	-
2008	2.252	97	86	5	119	100	1.811	34	-
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	-
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	-
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	-
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	-

Fonte: Mec/Inep (2012)

No ano de 2012, considerando as 2.416 IES, 87,4% são privadas e 12,6% são públicas.

Os dados da Tabela 1 mostram que a presença do setor privado é crescente desde o início do ano demarcado (2001). Mesmo que a predominância de IES privadas sobre as públicas seja anterior ao período examinado, nota-se em 2001-2012 um acirramento dessa diferença. Verifica-se que o aumento é de 101,5% em relação aos centros universitários e de 79,2% nas faculdades, considerando o período 2001-2012.

Uma leitura, ainda que breve, sobre o número de matrículas é igualmente proveitosa para entender o quadro da educação superior. Nesse sentido, em 2012, registrou-se 7.037.688 matrículas, segundo os dados do Censo da Educação Superior. A maior parte localiza-se em instituições privadas, somando 5.140.312 matrículas. Já das 1.897.376 matrículas em universidades públicas, 1.087.413 localiza-se em federais, 625.283 em estaduais e 184.680 em municipais.

A educação superior sob a marca da privatização se projeta com as reformas da ditadura militar (1964-1985), intensificando-se nos fins da década de 1980, quando o projeto neoliberal começa a se impor no país. Na década de 2000, documentos legais prosseguem ilustrando as reformas pautadas no viés mercantil: Decreto nº 3.860, de 09/07/2001(alterou as

regras de organização da educação superior e da avaliação de cursos e instituições); Decreto 4.914, de 11/12/2003 (dispõe sobre os centros universitários); Decreto Presidencial nº 5.245, de 18/10/2004, transformado na Lei nº 11.096/05 (criou o Programa Universidade para Todos – PROUNI); Lei nº 10.973, de 02/12/2004 (dispõe sobre incentivos à inovação tecnológica); Decreto Presidencial nº 5.205, de 20/12/2004 (regulamentou as fundações de apoio privadas no interior dos Institutos Federais de Ensino Superior- IFES); Lei nº 11.079, de 30/12/2004 (instituiu a Parceria Público Privada - PPP); Decreto Presidencial nº 5.622, de 19/12/2005 (regulamentou a educação a distância no Brasil e consolidou a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro); Decreto nº 5.773, de 09/05/2006 (estabeleceu normas para as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior).

Boa parte das medidas normativas sinaliza que a política de expansão da educação superior se pauta na diversificação e na privatização. Para Ristoff e Giolo (2006), expansão e privatização aparecem intimamente relacionadas. Segundo os autores, é no período posterior a LDB de 1996 que se evidencia mais claramente o enquadramento do sistema educacional às regras do mercado, o que se mescla com a busca crescente da classe média baixa e de setores populares pelo ingresso na educação superior.

A propósito, talvez se possa atribuir o vigor que adquire a modalidade da EaD ao anseio da população pela participação na educação superior, visto que a taxa de escolaridade líquida nesse nível ainda é deficiente. Em 2011, o indicador que se refere à taxa de matriculados na faixa etária de 18 a 24 anos era de 14,6%, apontando para uma expectativa elevada de que as políticas públicas promovam o acolhimento da população jovem excluída desse grau de ensino. Considere-se, ainda, que, segundo o PNAD (2007), 86% dos que frequentavam o nível médio o faziam em instituições públicas e que boa parte das famílias dos estudantes era incapaz de arcar com as mensalidades de uma instituição de educação privada. Tais dados sinalizam que a via da educação a distância se apresenta mais viável pela possibilidade de estudar e trabalhar, além de oferecer cursos menos onerosos e gratuitos (no caso das públicas).

A educação a distância superior no Brasil

O surgimento da EaD no Brasil remonta pouco antes do ano de 1900. Alves (2009) afirma que os primeiros indícios do surgimento dessa modalidade foram os cursos

profissionalizantes por correspondência, em 1923. No que se seguiu, realizaram-se os cursos por educação via rádio, na década de 1930, e programas nos canais abertos de televisão, nas décadas de 1960 e 1970.

Importante destacar que nas décadas que se seguiram a EaD adquire visibilidade e se mostra central na política de expansão do ensino superior. Tal movimento ganha impulso e expressão política com a LDB 9.394/96, que a coloca como modalidade regular integrante do sistema educacional brasileiro. Ressalte-se que sua inserção formal no sistema educacional brasileiro possui uma trajetória marcada por debates em campos opostos, entre defensores e críticos da modalidade.

Do ponto de vista dos defensores da EaD, o presidente da ABED, Fredric Litto (2009), assim se expressa:

Apesar dos sucessos da EAD em todos os setores de aprendizagem no Brasil, especialmente no tocante à democratização do acesso ao conhecimento avançado, essa abordagem enfrenta uma série de obstáculos, de várias ordens de grandeza, quanto ao conservadorismo mental e à ignorância. [...] É normal encontrarmos, nas Faculdades de Educação, colegiados cujas opiniões representam visões nostálgicas, inflexíveis, e um “campo visual limítrofe” sobre questões de aprendizagem e didática, incluindo a resistência às mudanças em todas as suas formas. Seu discurso é sempre de auto-contradição, de declarações sem a apresentação de evidência corroborativa, talvez sugerindo, conscientemente ou não, manter as camadas brasileiras menos favorecidas sem acesso ao conhecimento. O argumento de eventual “falta de qualidade da EAD” não pode ser usado pelos responsáveis pela situação calamitosa e desastrosa de nossa educação presencial. (LITTO, 2009, p.113-114).

O discurso dos críticos da EaD pode ser assim resumido, conforme Dourado (2008):

A EaD se coloca como um espaço de efetiva expansão no cenário da educação superior brasileira, envolvendo IES públicas e privadas. Tais constatações nos remetem a questionar premissas históricas no campo educacional, tais como: a adesão acrítica à implementação da modalidade EaD, para muitos entendida como espaço de resolução dos problemas relativos à formação num país continental como o Brasil, bem como posições totalmente refratárias a EaD, por vislumbrar nessa modalidade a mera garantia de um processo de aligeiramento da formação inicial e continuada. (DOURADO, 2008, p.906).

Considerando o período recente, a EaD define-se no ano de 1994 com a criação do Sistema Nacional de Educação a Distância, pelo MEC e pelo Ministério de Comunicações. Em 1996, cria-se a Secretaria de Educação a Distância, com vistas a dar suporte ao crescente interesse das IES por tal política pública.

Segundo o Censo do INEP (2012), 7.037.688 estudantes estão matriculados na educação superior em 2012. Destes, 5.923.838 vinculam-se a cursos presenciais e 1.113.850 a cursos na modalidade EaD. É o que se observa na Tabela 2, conforme:

Tabela 2 - Número de Matrículas de Graduação por Modalidade de Ensino - Brasil – 2012

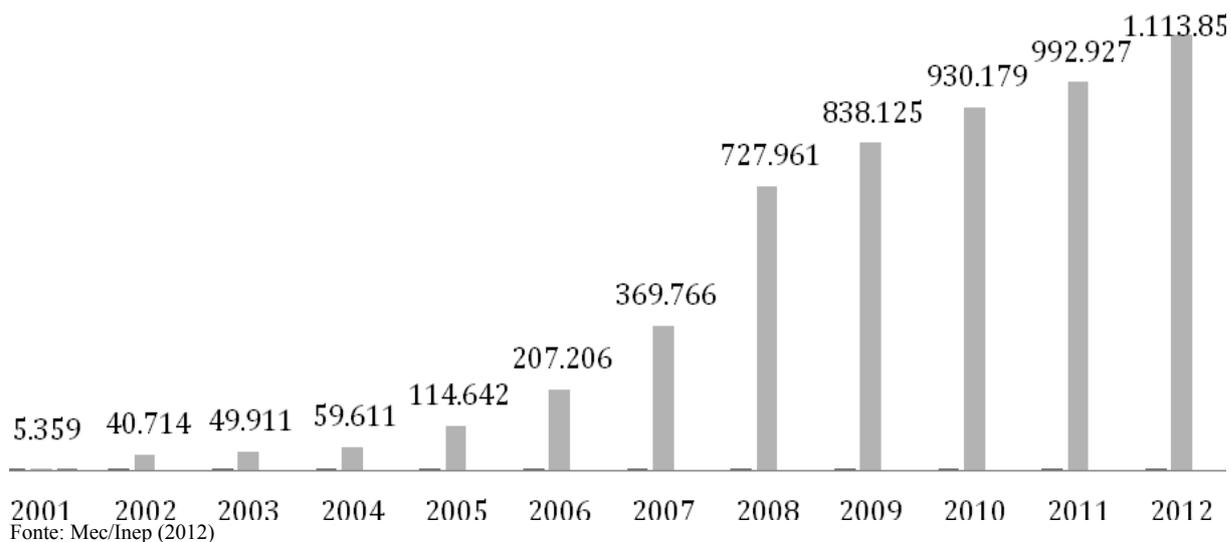
Categoria Administrativa	Organização Acadêmica	Matrículas		
		Total	Presencial	A Distância
Total Geral	Total	7.037.688	5.923.838	1.113.850
	Universidades	3.812.491	3.009.846	802.645
	Centros Universitários	1.085.576	829.790	255.786
	Faculdades	2.027.982	1.986.263	41.719
	IFs e Cefets	111.639	97.939	13.700
Pública	Total	1.897.376	1.715.752	181.624
	Universidades	1.637.489	1.469.565	167.924
	Centros Universitários	21.872	21.872	-
	Faculdades	126.376	126.376	-
	IFs e Cefets	111.639	97.939	13.700
Privada	Total	5.140.312	4.208.086	932.226
	Universidades	2.175.002	1.540.281	634.721
	Centros Universitários	1.063.704	807.918	255.786
	Faculdades	1.901.606	1.859.887	41.719

Fonte: Mec/Inep (2012)

A referida Tabela, em relação às matrículas por organização acadêmica, mostra que na modalidade da EaD constam de 16% são instituições públicas e 84% de instituições privadas. Por sua vez, considerando a distribuição de matrículas por categoria administrativa se pode verificar que as matrículas tanto na categoria pública como privada se concentram em universidades. Dos estudantes que optaram pela modalidade da EaD, 72% estão matriculados em universidades e os centros universitários detêm 23%.

A evolução de matrículas na EaD a partir da década de 2000 é a seguir apresentada na Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução de matrículas na modalidade EaD



Pode-se observar um movimento contínuo e ascendente de matrículas. Com esse crescimento, a modalidade a distância representa quase 16% do total de matrículas em graduação, no ano de 2012. Nesse ano, houve um aumento de 11% nas matrículas nos cursos na EaD em relação a 2011.

Segundo Melo (2011, p. 259), um dos fatores do crescimento da EaD no Brasil se deve ao Plano Nacional da Educação – PNE 2001-2011. Dentre as metas e objetivos do referido PNE, constava: “Estabelecer um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.” Localiza-se, ainda, no campo sobre EaD: “Ampliar, gradualmente, a oferta de formação a distância em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das universidades e das demais instituições de educação superior credenciada.”

É válido destacar como o PNE se referia a EaD: “No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia.” (PNE 2001-2011).

Por sua vez, o PNE aprovado para o período 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014) expressa na Meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”. Dentre os objetivos, salienta:

[...] ampliação a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de

vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional. (PNE 2014-2024).

Nota-se que no PNE 2014-2024 a EaD pela via do setor público é priorizada, com referências à Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A UAB foi criada em 2005 pelo MEC, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, com foco nas políticas e a gestão da educação superior. Trata-se de uma política pública anunciada pelo MEC com articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES, com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

O sistema UAB consiste numa rede de educação a distância, constituída dentro das universidades federais, estaduais e dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologias- IFETs, voltando-se, principalmente, à oferta de cursos de licenciaturas. Foi instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de EaD, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País" (Art.1º).

Com a criação da UAB a questão da expansão e adesão da educação a distância pelas instituições públicas tem assumido maiores proporções. Segundo Giolo (2010), configura-se um instrumento que mostra avanços na educação superior:

A UAB é uma forma essencialmente pública de operar educação a distância, seguindo os caminhos normais das instituições públicas, ou seja, financiada pelos recursos do Estado e oferecida gratuitamente à população. Não toma atalhos. Além de coordenar e conferir organicidade às ações de EaD das instituições federais de educação, deverá servir de parâmetro para as demais instituições oficiais que atuam ou pretendem atuar com educação a distância. (GIOLO, 2010, p.1285).

Feito esse panorama da EaD, cabe uma caracterização mais detalhada, na perspectiva de melhor qualificar ou compreender a sua realidade.

De acordo com o censo INEP/MEC, considerando o ano de 2012, a maioria dos matriculados na modalidade EaD cursa licenciatura, com 40,4%, ao passo que 32,3% são matriculados em cursos de bacharelado e 27,3% em cursos tecnológicos.

Os dados mostram certo equilíbrio na distribuição no tipo de cursos realizados via EaD. Mesmo em menor proporção, parece significativo o percentual de cursos tecnológicos (27%). Os referidos cursos têm duração de três anos, são focados numa empregabilidade

rápida e especialidade na área de formação, fatores atrativos aos estudantes, que podem justificar uma tendência de crescimento no setor privado.

Segundo o CensoEaD 2012, o total de cursos autorizados/reconhecidos ofertados em 2012 pelas IES foi de 1.571, sendo 1.482 cursos não corporativos e 89 cursos corporativos, como mostra a seguir a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição de cursos EaD autorizados ofertados em 2012 pelas instituições da educação superior

EDUCAÇÃO	SUPERIOR	TIPOS DE CURSO		TOTAL
		NÃO CORPORATIVO	CORPORATIVO	
SEQUENCIAL	Formação específica	7	6	13
	Complementação de Estudos	13	1	14
GRADUAÇÃO	Bacharelado	107	0	107
	Licenciatura	203	2	205
	Bacharelado e licenciatura	21	0	21
	Tecnológico	189	2	191
	Disciplinas semipresenciais	8	5	13
	Disciplinas a distância (20% da carga horária)	4	0	4
	Disciplina em dependências na modalidade EaD	0	0	0
PÓS-GRADUAÇÃO	<i>Lato sensu</i> - Especialização	773	52	825
	<i>Lato sensu</i> - MBA	101	13	114
	<i>Stricto sensu</i> - Mestrado	10	0	10
	<i>Stricto sensu</i> - Doutorado	1	0	1
	Disciplina a distância (parte de curso mais amplo)	45	8	53
TOTAL		1482	89	1571

Fonte: ABED- CensoEaD (2012)

Os cursos corporativos são entendidos, segundo Meister (1999, p. 35), como: “um guarda-chuva estratégico para desenvolver e educar funcionários, clientes, fornecedores e comunidade, a fim de cumprir as estratégias da organização”, ou seja, cursos credenciados pelo MEC oferecidos por empresas com parceria universitárias, institutos ou centros universitários, com o objetivo de incorporar uma cultura de aprendizagem contínua, que vise proporcionar a aquisição de novas competências vinculadas às estratégias empresariais. Por sua vez, os cursos não corporativos são os cursos dentro do sistema educacional formal com ensino de crenças e valores universais que desenvolvem a cultura acadêmica dentro o da educação superior.

Segundo a Tabela 3, o maior número de cursos autorizados/reconhecidos ofertados em

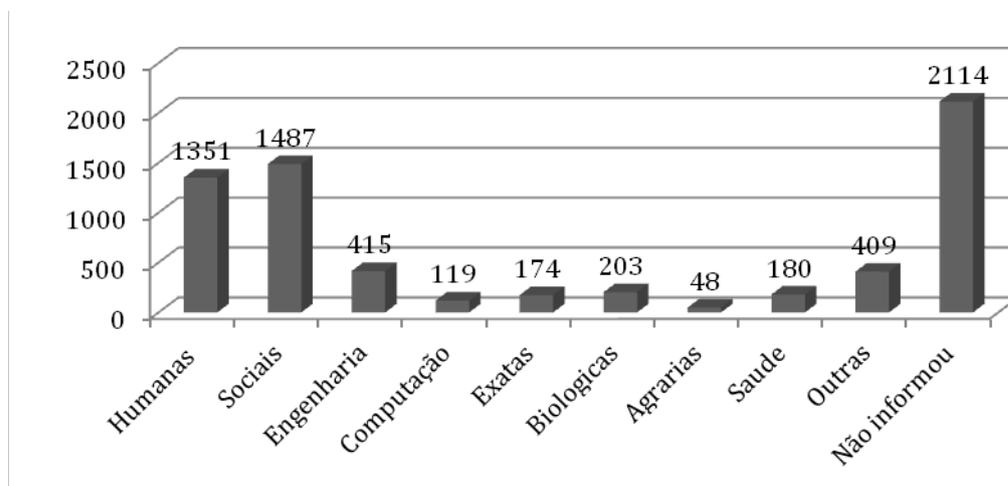
EAD em 2012 é no nível superior de pós-graduação, com 53%, em especial no *latu sensu*, com 44%. Por sua vez, os cursos de graduação representam 26% do total de cursos ofertados em EAD, no âmbito da educação superior.

No ano de 2012, foram pesquisadas pelo CensoEaD as disciplinas a distância ofertadas em cursos presenciais. Foram identificadas 6.500 disciplinas a distancia ofertadas em todos os níveis da educação. Dessas 6.500 disciplinas, 6.026 são oferecidas em cursos presenciais autorizados/reconhecidos na educação superior. Esse dado indica a predominância de disciplinas a distancia na educação superior, representando aproximadamente 93% do total.

Registre-se que a Portaria MEC nº 4.059/2004 permite a oferta de disciplinas em cursos superiores reconhecidos, na modalidade semipresencial, até o limite de 20% da carga horária total do curso. Esse limite inclui a oferta alternativa de disciplinas na modalidade semipresencial para alunos que tenham sido reprovados anteriormente por insuficiência de nota ou de presença.

O Gráfico 2 apresenta disciplinas em EaD oferecidas na educação superior por áreas de conhecimento em cursos presenciais autorizados e reconhecidos, em 2012.

Gráfico 2 - Quantidade de disciplinas a distância oferecidas, por área de conhecimento em cursos presenciais autorizados/reconhecidos em 2012



Fonte: ABED- CensoEAD (2012)

As disciplinas a distância oferecidas em cursos presenciais são, em sua maioria, da

área de Ciências Sociais Aplicadas -Administração e Gestão, com 23%, e da área de Ciências Humanas-Educação, com 20%.

A Tabela 4 apresenta um aspecto que merece destaque, referentes à distribuição dos cursos, matrículas e concluintes na EaD na educação superior, entre 2002-2012.

Tabela 4 - Distribuição de cursos autorizados e livres, matrículas e concluintes, ofertados na EaD entre 2002 a 2012

ANO	CURSOS	MATRÍCULAS	CONCLUINTES
2002	46	40.714	1712
2003	52	49.911	4005
2004	107	59.611	6746
2005	189	114.642	12.626
2006	349	207.206	25.804
2007	408	369.766	29.812
2008	647	727.961	70.068
2009	844	838.125	132.269
2010	930	930.179	144.553
2011	1044	992.927	151.552
2012	1148	1.113.850	174.322

Fonte: Mec/Inep (2012)

Segundo esses dados, tanto os cursos como as matrículas e os concluintes obtiveram uma elevação expressiva no universo da EaD. Tendo em vista o expressivo crescimento de matrículas, pode-se inferir que a modalidade tem aceitação da população estudantil, além de maior envolvimento das instituições. Sobre isso, acrescenta-se o exame feito por Haddad (2004, p.70): “[...] a aceitação do ensino virtual está relacionada à difusão dos meios eletrônicos para as mais diversas atividades cotidianas - desde o trabalho até entretenimento.”

Considerações Finais

O panorama da expansão da educação superior na EaD, em síntese, revela: a) um expressivo crescimento de vagas, matrículas e cursos; b) no período estudado cresceu a modalidade sobretudo nas IES privadas, registrando-se nesse setor, o maior número de matrículas, na atualidade; b) o crescimento ocorre principalmente a partir da Lei 9.394/96, que abre a oportunidade da promulgação de uma série de atos normativos que contribuem para o seu reconhecimento; c) sinais de que os cursos corporativos tornem-se atrativos, o que demanda pesquisas para identificar sua evolução.

A expansão da EaD não tem se desenvolvido somente em termos de cursos de

graduações, mas também nas disciplinas inseridas nos cursos presenciais, o que abre novas facetas para a modalidade de ensino a distância. Quanto às disciplinas a distância ofertadas em cursos presenciais são, em sua maioria, da área de Ciências Sociais Aplicadas e de Humanas, o que gera indagações sobre o escasso oferecimento de disciplinas e cursos em outras ciências.

Em síntese, foi possível perceber que a EaD ao longo do tempo foi se consolidando como política pública da educação superior. Isso tem sido referendado por iniciativas governamentais que promovem seu crescimento e sua institucionalização bem como por estudantes, considerando o interesse em se dela se valer para diplomar-se.

Referencias

ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. In LITTO, Fredric M. FORMIGA, Marcos. (orgs). *Educação a Distância o Estado da Arte*. São Paulo: Pearson Education, 2009.

BOAS, Sérgio Vilas. *Ensino superior particular*. Um vôo histórico. São Paulo: Editora Segmento, 2004

BELLONI, Maria Luiza Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 78, Abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302002000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em: 06 jul. 2014.

BRASIL. MEC. Lei nº. 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 dez. 1996.

_____. Sistema Federal de Educação. Decreto nº 2.207 de 05 de abril de 1997 alterado pelo Decreto nº 2.306 de 19 de agosto de 1997 que regulamentou o Sistema Federal de Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 06 abr. 1997.

_____. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação – PNE*. Brasília: INEP, 2001.

_____. Decreto nº 3.860 de 9 de julho de 2001, que muda as regras de organização do ensino superior e da avaliação de cursos e instituições do ensino superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

_____. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE*. Brasília: INEP, 2008.

_____. Ministério da Educação. *Universidade Aberta do Brasil*. Disponível em: <<http://uab.ufmt.br/uab/index.php>>. Acessado em: 01 abr. 2014.

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no

9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (referente ensino à distância). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acessado em 30 mai. 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD, 2007*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/graficos_pdf.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação – PNE*. Brasília: INEP, 2014.

CENSO EaD.Br. *Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2012*. ABED, 2012.

CUNHA, Antônio. *A universidade temporã*. O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: UNESP, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Superior a distância: novos marcos Regulatórios? *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 891-917, out. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: 06 jun. 2014

_____. *A interiorização do Ensino superior e a privatização do público*. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

HADDAD, Sérgio. *O direito à educação no Brasil*. 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>; <http://www.dhescbrasil.org.br>>. Acessado em: 07 abr. 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>>. Acessado em: 06 jun. 2014

LITTO, Frederic, FORMIGA, Marcos. Retrato frente e verso da aprendizagem a distância no Brasil. *Revista ETD Educação Temática Digital*, Campinas, v.10, n.2, 2009, p.108-122.

MELO, Pedro Antonio. Políticas de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; LAMARRA, Norberto Fernández (Orgs.). *Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2011.

MEISTER, Jeanne C. *Educação Corporativa: A gestão do Capital Intelectual através das Universidades Corporativas*. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior do Brasil- 10 anos pós-LDB: expansão à

democratização. In: BILLAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marilia (Organizadores). *Educação superior no Brasil – 10 anos pós LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

GIOLO, Jaime. Educação a Distancia: tensões entre o público e privado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado: 02 mar. 2014